

JUSTIÇA

Ex-assessora de Flávio denunciada

Raimunda Veras é suspeita de administrar as finanças de um grupo criminoso chefiado pelo ex-capitão do Bope Adriano da Nóbrega, filho da denunciada, que trabalhou no gabinete do senador quando era deputado estadual no Rio de Janeiro

» WAL LIMA

Raimunda Veras Magalhães, que atuou como assessora parlamentar do senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), entre 20216 e 2018, foi denunciada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) sob a suspeita de integrar um esquema de lavagem de dinheiro associado à milícia comandada por seu filho, o ex-capitão do Bope Adriano da Nóbrega. Segundo as investigações, ela teria atuado na movimentação e ocultação de recursos obtidos por meio da exploração de disputas de jogo do bicho.

Procurada pelo **Correio**, a assessoria do senador afirmou que ele não tem qualquer relação com o caso, que “não é citado, investigado ou acusado” e que o fato de Raimunda ter atuado em seu gabinete entre 2016 e 2018 não o vincula às condutas atribuídas a ela.

Raimunda ingressou na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em 2015 e, no ano seguinte, foi nomeada para o gabinete de Flávio Bolsonaro, então deputado estadual. Ela ocupava um cargo com remuneração de cerca de R\$ 6,5 mil mensais — valor que, corrigido pela inflação, ultrapassa R\$ 12 mil. A exoneração ocorreu em novembro de 2018, período em que surgiram denúncias relacionadas a um suposto esquema de “rachadinhas”.

Na época, também foi citada Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, ex-esposa de Adriano, que trabalhou no gabinete por mais de uma década. Investigações revelaram que parte dos salários de assessores era repassada ao ex-policial Fabrício Queiroz, apontado como operador do esquema.

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



Assessoria do senador afirmou que ele não tem qualquer relação com o caso e "não é citado, investigado ou acusado"

O caso foi arquivado em 2021 após decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que anularam provas por questões processuais, impedindo o julgamento do mérito.

De acordo com o Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Raimunda fazia parte da engrenagem financeira do grupo criminoso, sendo responsável por receber, movimentar e

ocultar valores por meio de empresas de fachada. As apurações indicam que o esquema movimentou mais de R\$ 8,5 milhões em pouco mais de um ano.

A atuação do grupo ocorria, principalmente, na Zona Sul do Rio de Janeiro, com destaque para Copacabana, e contava com a participação do bicheiro Bernardo Bello. Em outra frente da mesma investigação, o Ministério Público também denunciou a viúva

de Adriano, Julia Lotufo, suspeita de negociar imóveis e propriedades rurais vinculados ao miliciano com o objetivo de dar aparência legal ao patrimônio.

A denúncia contra Raimunda integra a Operação Legado, que resultou na acusação de 19 pessoas. A Justiça também expediu mandados de prisão e de busca e apreensão.

O Gaeco informou que as investigações foram divididas em três

eixos: lavagem de dinheiro oriundo do jogo do bicho, atuação de organização criminosa ligada a Adriano da Nóbrega e ocultação de patrimônio do grupo. Entre os bens sob suspeita estão imóveis avaliados em milhões de reais, que teriam sido negociados para tentar regularizar recursos ilícitos. As investigações seguem e devem avançar na identificação de outros envolvidos e na recuperação de valores considerados ilegais.

Caso Henry Borel

» VANILSON OLIVEIRA

Começa hoje, em sessão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o julgamento do ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, e de Monique Medeiros, acusados pela morte do menino Henry Borel, filho de Monique. O caso será analisado por sete jurados, responsáveis por decidir se os réus serão condenados ou absolvidos.

Henry, de 4 anos, morreu em 8 de março de 2021, após dar entrada já sem vida em um hospital da Barra da Tijuca, na zona Oeste do Rio. O caso ganhou repercussão nacional pelas circunstâncias da morte e pelos indícios de violência.

O laudo do Instituto Médico Legal (IML) apontou 23 lesões no corpo da criança, incluindo hemorragia interna e laceração hepática provocada por ação contundente. As evidências sustentaram a linha investigativa de agressões recorrentes.

Dr. Jairinho, padrasto do menino, é apontado como o principal autor das agressões. Segundo a Polícia Civil, o garoto era submetido a uma rotina de violência dentro do ambiente doméstico. Ele teve o mandato de vereador cassado e o registro médico cancelado, e segue preso preventivamente.

Monique Medeiros responde por homicídio triplamente qualificado, tortura por omissão, coação no curso do processo, fraude processual e falsidade ideológica. De acordo com a acusação, ela tinha conhecimento das agressões e não agiu para impedir os crimes.



O BRASIL PELAS MULHERES

Formação para uma cultura de proteção

A violência contra a mulher não surge de forma isolada. Ela é construída e naturalizada ao longo do tempo por meio de padrões culturais, desigualdades históricas e silêncios sociais. Nesse contexto, o Correio Braziliense promove um debate para falar sobre a importância da educação como um motor de mudança e da necessidade de promover o enfrentamento nos espaços de formação humana.



Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento
presencialmente

24/03 a partir das 08:30

Auditório do Correio Braziliense
SIG QD 02 lote 340

Promoção:
**CORREIO
BRAZILIENSE**

Realização:
CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO